

**Histórias e culturas indígenas na educação básica**, de Giovani José da Silva; Anna Maria Ribeiro F.M. da Costa. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. (Coleção Práticas Docentes)



**Risonete Santiago da Costa**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação  
Educação da Universidade Nove de Julho. São Paulo – SP – Brasil  
Pedagoga no Instituto Federal do Amapá. Macapá – AP - Brasil  
[grisonete.costa@ifap.edu.br](mailto:grisonete.costa@ifap.edu.br)

Giovani José da Silva, doutor em História, viveu entre os Kadiwéu de 1997 a 2004, retomando os contatos a partir de 2016. Professor de Educação Básica ao longo de 15 anos, atualmente é docente e pesquisador na Universidade Federal do Amapá. Escreveu livros sobre a etnia Kadiwéu. Em 2001, recebeu o Prêmio Victor Civita e venceu, entre outras importantes premiações, o Péter Murányi 2009 – Educação e o Professor Rubens Murillo Marques 2016.

Anna Maria Ribeiro F.M. da Costa, doutora em História, morou entre o povo Nambiquara de 1982 a 1988. Pesquisadora da Funai de 1982 a 2015, atualmente é professora universitária e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Escreveu livros sobre a etnia *Nambiquara* e junto com Paulo Pitaluga Costa e Silva organizou *Estudos sobre a história, geografia e etnografia de Mato Grosso*. Em 2011, com a coleção de selos postais Povos Indígenas no Brasil, recebeu menção honrosa na Exposição Filatélica Nacional.

O livro *Histórias e culturas indígenas na Educação Básica* apresenta uma discussão da temática indígena na educação, com enfoque crítico e desmistificador da realidade histórica dessas populações. O livro historiciza as questões indígenas, mostrando o contexto atual que possibilita valiosas contribuições e subsídios à prática docente na efetivação da Lei nº 11.645/2008, que trata a respeito da temática indígena nos currículos do Ensino Fundamental

e Médio. Esta obra está dividida em 5 (cinco) capítulos que buscam refletir e subsidiar o trabalho docente a partir de uma abordagem conceitual, cultural, histórica e legal das questões indígenas no Brasil.

No primeiro capítulo, *Diversidade cultural indígena no Brasil contemporâneo: Quem são? Quantos são? Onde estão?*, há toda uma reflexão a respeito do termo “índio” por meio de uma análise histórica sobre a origem, complexidade intrínseca à palavra e as teorias que explicam a origem das populações indígenas.

Este capítulo também apresenta a trajetória dos índios no Brasil desde a chegada dos portugueses em 1500, apresentando reflexões sobre o processo de resistência e luta dessas populações para assegurar seu modo de vida e sua cultura frente ao processo agressivo e sangrento do colonizador.

Neste cenário é apresentada a sociodiversidade das populações indígenas, com inúmeros dados de instituições governamentais e não governamentais sobre quem são, quantos são, onde estão. Esses dados ajudam a compreender a realidade das populações indígenas no Brasil contemporâneo e subsidiam a prática docente.

No segundo capítulo, os autores abordam a *Cultura material e cultura imaterial: saberes indígenas nas aldeias e na sala de aula*. Há toda uma discussão da dinâmica dos índios na aldeia, os fazeres e saberes culturais que são construídos e vivenciados socialmente, enfatizando a riqueza cultural material e imaterial que durante séculos essas sociedades construíram e ainda vivenciam, mas que pouco são conhecidas pelos não índios.

Outro aspecto importante apresentado consiste em perceber o processo de contato dos índios com os não índios, onde este processo de ressignificação da cultura tem sido visto de forma preconceituosa e desrespeitosa por parte da sociedade brasileira.

Em sequência, o terceiro capítulo apresenta *A Lei nº 11.645/2008 e a inserção da temática indígena na Educação Básica*. A lei em questão foi sancionada pela Presidência da República e torna obrigatória a inclusão de conteúdos de história e cultura das populações indígenas e também das afro-brasileiras e africanas nos currículos escolares do Ensino Fundamental e Médio.

Nesse capítulo, compreende-se o contexto em que as leis brasileiras contemplam ou não as questões indígenas em seu texto, que teve enorme contribuição das organizações e leis

internacionais em assegurar o direito dos índios. Para contribuir com as discussões, os autores enfocam as “[...] culturas da paz, culturas pela paz [...]”, que “[...] estão alicerçados no respeito, na solidariedade, nos direitos individuais/coletivos e na pluralidade cultural” (p. 71).

Os autores também consideram que “[...] a Lei nº 11.645/2008 por si só pode não ser a solução para acabar com a invisibilidade das populações indígenas, mas representa um passo enorme em direção ao reconhecimento de uma sociedade historicamente formada por diversas culturas, tradições e etnias, entre elas as indígenas” (p. 97). Neste enfoque, percebe-se a necessidade de a população brasileira reconhecer a diversidade populacional e o importante papel dos professores na aplicabilidade da lei.

Corroborando com o capítulo anterior, o quarto capítulo, *Direitos indígenas: um percurso pelas Constituições brasileiras republicanas (1891-1988)*, discute os valores que alicerçaram os legisladores nas constituições brasileiras e que foram fundamentais para o tratamento dispensado aos índios em cada período histórico.

Ao verificar as constituições republicanas, observa-se que somente na Constituição de 1934 há referência aos índios, fato que se deu pela influência de Cândido Rondon e do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

As constituições ou emendas constitucionais anteriores a Constituição de 1988, apenas fizeram referência ao direito dos índios sobre as terras que ocupavam. Contrariando esta trajetória, a Constituição de 1988 reconheceu aos índios o direito coletivo em contraposição aos direitos individuais. “A Constituição rompeu, portanto, com a tradição secular de integrá-los à sociedade brasileira, quando reconheceu aos índios o direito de manter as próprias culturas, quando passou a reconhecer o direito dos indígenas de continuarem a ser índios” (p. 109). A partir da Constituição de 1988, percebe-se um enorme avanço nos direitos dos povos indígenas.

No quinto capítulo, *Cinema, televisão e literatura: novas linguagens no ensino de histórias e culturas indígenas*, são apresentadas possibilidades de trabalhos pedagógicos por meio da televisão, do cinema e da literatura, dentro de uma perspectiva crítica que desmistifique os

estereótipos construídos sobre a imagem do índio brasileiro. Nesta perspectiva, o trabalho docente busca a construção do reconhecimento de uma sociedade pluriétnica e multicultural.

Esse capítulo também enfoca a utilização dos recursos audiovisuais numa perspectiva crítica, estimulando o conhecimento científico sobre os modos de existência e de comportamento de distintos grupos sociais em diferentes temporalidades e espacialidades. A partir deste prisma, os autores sugerem filmes, formas de trabalho pedagógico e *sites* que podem auxiliar nas pesquisas para o trabalho docente.

Esta obra possibilita a compreensão didática da questão indígena no Brasil a partir dos contextos histórico e cultural, das legislações, do enfoque pedagógico, que permitem uma reflexão histórica e contemporânea da questão indígena.

A leitura deste livro também proporciona uma importante compreensão acerca da importância de um trabalho docente que busque a construção do conhecimento da diversidade pluriétnica e multicultural brasileira, portanto recomendada a professores, estudantes e interessados em entender a questão indígena no Brasil.